

AGROINDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A MANDIOCA NO SUDOESTE PAULISTA. Claudia Yuri P. S. Tsukada, Paulo F. C. Mourão. Humanas, Geografia, Unesp Campus Experimental de Ourinhos.

A questão do desenvolvimento econômico calcado em pequenas e médias empresas dentro de escalas regionais/locais é um tema relativamente recente. Para que esse estudo ganhe sentido, faz-se necessário esboçar, mesmo que brevemente, as mudanças estruturais ocorridas na economia mundial ao longo do século XX. Desde as primeiras décadas do século XX, ainda durante a primeira Revolução Industrial, a economia mundial passou a apresentar caráter dicotômico, com economias complementares divididas entre países centrais (produtores de manufaturas e importadores de matérias-primas) e periféricos (possuidores de matéria-prima e importadores de manufaturas), o que convencionou-se chamar de primeira Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A segunda DIT, no pós II Guerra Mundial, foi caracterizada pela inserção de alguns países periféricos do bloco capitalista no conjunto dos países mais industrializados. A terceira DIT, que é a fase que realmente interessa a esse trabalho, foi marcada pela crise do fordismo, pela reestruturação produtiva e expansão dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), além de incentivo a economias regionais e à produção flexível (posicionamento estratégico das empresas para amortecer os efeitos das oscilações de demanda), sobretudo a partir da década de 1970. Cabe aqui diferenciar estruturação de reestruturação. O primeiro caso acontece quando atividades produtivas são distribuídas por setores específicos, caracterizando a especialização de cada economia, de acordo, sobretudo, com as relações de compra e venda. Já a reestruturação produtiva representa o conjunto das transformações na estrutura produtiva de empresas em busca de modernização e diminuição de custos, motivadas por avanços tecnológicos, pela situação conjuntural internacional e pelo processo de globalização econômica.(DALL'ACQUA, 2003, p.33)

Importante frisar que no âmbito dessas transformações estruturais surgiu uma nova categoria dentro da qual o Brasil está inserido: a dos os países semi-periféricos. Os semi-periféricos são aqueles países que possuem certo grau de desenvolvimento industrial, produzem manufaturas, mas cuja especialização possui baixo valor agregado.

O exemplo de êxito mais conhecido em desenvolvimento local é a Terceira Itália, no nordeste da Itália, onde pequenas e médias empresas que dividiam um mesmo espaço físico incorporaram tecnologias de ponta nos processos produtivos e adotaram a forma de Distrito Industrial, cujos princípios são “coexistência singular de concorrência e de solidariedade entre as empresas do distrito, que reduz os custos de transações do mercado local; efervescência inovadora oriunda da base, favorecida pelo ‘clima industrial’ reinante no distrito; grande mobilidade, tanto horizontal quanto vertical, dos postos de trabalho; cooperação entre os membros do distrito para alcançar os objetivos econômicos ou, às vezes, melhorar o ambiente geográfico e social do distrito propriamente dito”(BECATTINI, 1999, p.49).

Fischer (1994, p.62) distingue três categorias de movimento da economia em razão do fordismo: deslocamentos internacionais nos quadros da DIT; descentralizações industriais no quadro das políticas nacionais de ordenamento territorial que causam segregação qualitativa; e reconcentração espacial dos centros de decisão e comando nas grandes metrópoles. Com a crise do fordismo e as novas tecnologias, a indústria passou a ser um ponto central nas políticas territoriais. Em escala nacional, na década de 1970 o governo brasileiro interveio na economia industrial por meio do II PND a fim de desconcentrar a indústria de determinadas regiões e levar desenvolvimento a outras. Na década de 1980, pequenas e médias empresas se multiplicaram formando economias locais. A partir de 1989, a atuação do Estado em políticas de desenvolvimento regional levou o país a uma verdadeira ‘guerra fiscal’, onde determinadas empresas saíram das regiões mais desenvolvidas, num processo de desconcentração, reconcentrando geograficamente a produção e os serviços (e o emprego) nas atividades econômicas mais intensivas em capital, como nos ramos de telecomunicações, informática e finanças, nos principais centros desenvolvidos do país, o que gerou nova aglomeração regional. (POCHMANN, 2004, p.60). Isso porque o desenvolvimento regional é resultante do desempenho dos efeitos acumulativos, o que explica melhor a atração exercida pelas regiões metropolitanas. (FISCHER, 1994, p.36). Pochmann (2004) ainda acrescenta

que “as regiões menos desenvolvidas, movidas pela *guerra fiscal*, atraíram produção e emprego pertencentes, em geral, a setores de atividades econômicas mais intensivos em mão-de-obra, enquanto as regiões mais desenvolvidas ampliaram a participação relativa nos setores mais dinâmicos e, tecnologicamente, mais avançados.” (p.61)

A indústria no Brasil que, além dos IDE, teve seu crescimento calcado no apoio do Estado por meio da expansão e proteção do mercado interno permitindo a passagem da fase agrário-exportadora para a de desenvolvimento industrial, enfrentou uma fase crítica, quando a onda neoliberal (sob a lógica mercantil) atingiu o país, na década de 1990. A abertura do mercado à livre entrada de produtos importados causou impacto negativo sobre a economia nacional, principalmente nos centros mais industrializados, como São Paulo. As empresas que não conseguiram se adaptar à nova lógica se uniram a empresas maiores ou desapareceram do mercado. Dessa forma, a reestruturação produtiva ocorrida no Brasil resultou na redução dos postos de trabalho e na ampliação do setor informal, além de terceirização de muitos serviços. De certa forma, ela instiga novos modos de aglomeração.

Essa dinâmica ocorrida nas economias capitalistas em meados da década de 1970, incentivou a multiplicação de micro, pequenas e médias empresas. Por sua vez, o favorecimento da implantação dessas empresas em determinadas regiões aconteceu geralmente devido a incentivos fiscais associados a políticas de desenvolvimento local. Essas empresas passaram a fazer parte de cadeias produtivas locais, exercendo grande influência sobre esse desenvolvimento. Assim, a localização geográfica representa um fator fundamental na escolha de implantação de uma empresa, não apenas no sentido de acesso a matéria-prima, mão-de-obra barata, baixos custos de transporte e da terra, mas em termos de aglomerações industriais, de trabalho em rede. Nas redes as empresas não atuam sozinhas, mas em conjunto umas com as outras, objetivando a expansão dos campos de atuação. Essas redes “traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos, consubstanciada em múltiplas formas de relações entre empresas, cuja caracterização exige a explicitação do sistema de ‘divisão de trabalho’ intra-rede, a partir da identificação das especificidades de sua estrutura interna.”(MAZZALI, 2000, p.157)

Por cadeia produtiva entende-se o conjunto de atividades econômicas que envolvem desde a matéria-prima propriamente dita e seus processos de transformação, até a comercialização final do produto. Essa cadeia é produtiva/distributiva e inclui o consumo e a compra de bens de capital (máquinas e equipamentos) (DALL’ACQUA, 2003, p.129), que contribuem na dinâmica econômica local. Pode-se dizer, então, que cadeia produtiva local é “o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente, desde o início da elaboração de um produto até sua elaboração final que se materializa no consumo. Isso inclui um processo em que parte das matérias-primas passa pelo uso de máquinas e equipamentos, pela incorporação de produtos intermediários até o produto final, que é distribuído por uma vasta rede de comercialização.”(GUIMARÃES, 2005, p.134)

Já o desenvolvimento local é visto como o aproveitamento ótimo dos recursos endógenos e não deve ser visto apenas como meio de se gerar emprego e renda, mas como objetivo de crescimento da economia, a criação de empregos e a melhoria da qualidade de vida (MARTINS, 2002, p.53). Martins ainda cita Leroy (1997), dizendo que “o entendimento da escala local... está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais.”(2002, p.54)

É nesse sentido que a cadeia produtiva de mandioca no sudoeste paulista ganha destaque. Além de a região ter relevância na produção de mandioca do estado de São Paulo, que por sua vez tem relevância na produção nacional, a economia agroindustrial relacionada à mandioca é um dos principais motores da economia local. A região de Governo de Ourinhos possui elevada produtividade da cultura de mandioca (cerca de 28 t/ha, sendo a média nacional em torno de 12 t/ha, segundo o IEA/SP) e possui várias unidades locais de processamento dos produtos derivados (fécula, farinha, etc), o que incrementa postos de trabalho. Embora a cultura predominante na região seja a de cana-de-açúcar, monocultura caracterizada pela concentração da terra e cultivo em latifúndios, a mandioca se mostra importante como estratégia de permanência de pequenos produtores rurais e na geração de emprego e renda. Segundo o IBGE, o cultivo da mandioca é realizado principalmente em pequenas propriedades (53% do cultivo em propriedades com menos de 50 ha). A implantação das lavouras e das unidades de processamento e fabricação dos derivados

da mandioca exige investimentos de baixo valor, o que facilita a presença de pequenos proprietários rurais, arrendatários e empresários de capital local. Além disso, a mandioca é um produto cultivado em todos os estados da federação, porque suporta períodos de seca prolongados e se desenvolve em solos de baixa fertilidade, e pode ser colhido em quase todas as épocas do ano. Outro fator diferencial é que há isenção de impostos sobre o produto em sua forma primária, assim como ocorre com o milho, o trigo e o fubá (SIMÃO, 2002).

Distribuição da Cultura da Mandioca no Estado de São Paulo - 2005

Fonte: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php>

Embora a mandioca tenha grande importância local, a cana-de-açúcar ocupa a maior parte das áreas produtivas na região analisada. A comparação entre a cana-de-açúcar e a mandioca permite destacar que o Brasil produziu, em agosto de 2006, 27.663.245 toneladas de mandioca, numa área de 1.940.922 hectares, enquanto a cana-de-açúcar 455.280.4636 toneladas em 166.489 hectares. (IBGE – 2006). Com relação à produção agrícola na Região de Governo de Ourinhos, a tabela abaixo aponta essa predominância da cultura da cana, além de indicar as produções de maior destaque na economia local.

Produções Agrícolas de maior destaque na Região de Governo de Ourinhos - 2004			
Lavoura	Quantidade Produzida	Valor da Produção (Mil Reais)	Área Plantada (hectare)
Cana-de-açúcar (Tonelada)	4.782.510	127.959	60.256
Milho (em grão, Tonelada)	188.338	61.158	56.822
Mandioca (Tonelada)	93.570	19.414	4.160
Soja (em grão, Tonelada)	70.892	49.508	28.821
Melancia (Tonelada)	21.000	4.410	600
Tomate (Tonelada)	9.911	5.451	203
Feijão (em grão, Tonelada)	7.971	11.395	5.396
Trigo (em grão, Tonelada)	6.049	2.480	2.730
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal Org.: MOURÃO, Paulo; TSUKADA, Claudia.			

Para atingir os objetivos do trabalho, ou seja, avaliar o funcionamento e os possíveis pontos de estrangulamento dessa cadeia produtiva, bem como determinar o grau de concentração dessas atividades na região, que embora não tenha relevância em escala nacional, representa um dos principais motores do desenvolvimento local, em primeiro lugar foi realizado um levantamento de obras de referência, indicadas na bibliografia abaixo, que permitiram a construção do modelo teórico da pesquisa. Outra atividade foi a busca de dados através de fontes secundárias. A pesquisa de campo, até o presente momento, não se apoiou no trabalho de aplicação de questionários, uma vez que há disponibilidade de um significativo conjunto de dados levantados pelo IBGE, EMBRAPA, SEBRAE e CATI sobre a produção da Mandioca, trabalho previsto para uma etapa posterior da pesquisa.

Bibliografia

- BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. In: COCCO, G; URANI, A.; Galvão, A.P.. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e Participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003. 175p.
- FISCHER, André. **Industrie et Espace Géographique**. Paris: Masson, 1994. 136p.
- GUIMARÃES, Pedro Wilson. Cadeias Produtivas e Desenvolvimento Local. In: **O Futuro da Indústria: cadeias produtivas**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília: MDCI/STI, 2005. p.131 – 145.
- Mapas da Agricultura Paulista: Distribuição da Cultura da Mandioca**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php>> Acesso em: 05 out 2006.
- MARTINS, Sérgio Ricardo de Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol.3, N.5, p.51 – 59, Set. 2002.
- MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 171p.
- POCHMANN, Márcio. (Org) **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- IBGE - Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 28 set 2006.
- SIMÃO, Sérgio Adão. (coord.) **Diagnóstico da cadeia produtiva agroindustrial da mandioca** : Mato Grosso, Cuiabá : SEBRAE, UNIVAG; Viçosa : Universidade Federal de Viçosa, 2002. 144 p.